

A FIEL CRÍTICA POLÍTICA DE UM CATÓLICO: A COERÊNCIA EVANGÉLICA DE DOM ANTÓNIO FERREIRA GOMES, ANTES E DEPOIS DE ABRIL

*Carlos A. Moreira Azevedo**

Aqueles que validam a revolução e lhe dão êxito são os que foram capazes de antecipar mentalmente o porvir e mostrar aos outros de que é que o futuro será feito (António Ferreira Gomes, 1-1-1975)

O magistério episcopal do Bispo do Porto, aquando o 25 de abril de 1974, apresentava condições únicas de autoridade moral para intervir.¹ Contudo, procede com credibilidade, não entendida como direito, mas como obrigação². António Ferreira Gomes lê a sua vida, incluída na evolução histórica da “constante e coerente tradição episcopal” do Porto e do país para ressaltar a continuidade da sua visão.³ O que surpreende é a forma profética como incentivou o processo democrático, defendeu a dignidade humana para todos e simultaneamente prosseguiu a crítica política aos descaminhos e exageros, inerentes a uma revolução. Como tinha denunciado, na devida altura, os abusos do poder tirânico, centra-

* Bispo. Delegado Pontifício do Conselho da Cultura. Vaticano.

¹ Ver *DICIONÁRIO político: os Bispos e a revolução de Abril*. Pref. Henrique Barri-laro Ruas. Lisboa: Ispagal, [1976]. Neste trabalho evidencia-se o lugar de António Ferreira Gomes e António Ribeiro. Uma visão rápida da época é dada em FERREIRA, Manuel de Pinho – *A Igreja e o Estado Novo na obra de D. António Ferreira Gomes*. Porto: F. Spes, 2004, p. 105-107. Histórias recentes quase ignoram o papel da Igreja na evolução democrática de Portugal, reduzindo-o a referências breves, por exemplo: RAMOS, Rui – *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos livros, 2009, p.705-745.

² Cf. Homilia da paz, 1 de janeiro de 1975, p. 105: GOMES, António Ferreira – *Homilias da Paz (1970-1982)*. Porto: Fundação Spes, 1999, p. 83-106.

³ GOMES, A. F. – Para uma imagem nova da nossa Igreja do Porto [comunicação ao Conselho Presbiteral, 4/5-02-1975]. *Igreja Portucalense*. 25 (1975) 7- 19.

-se no que pode estar diante.⁴ Sendo “ponto assente que a Igreja esteve demasiado instalada e bastante dormente na ‘longa noite’ que precedeu o 25 de Abril”...“perguntemo-nos [...] hoje estarão todos despertos?”. Procura estar alerta para que não haja cristãos instalados na ‘Revolução’ ou na Reação⁵ e permanece atento para que a revolução chegue ao fim.

Pretendemos, neste breve trabalho, recolher as intervenções de quem, tendo sofrido dez anos de exílio por decisão de Salazar, soube manter forte a Palavra corajosa sobre a realidade do país. Considerou a revolução legítima para derrubar a “desordem estabelecida”. Talvez como ninguém, viu no 25 de abril “um processo de libertação e de personalização do Homem português em todas as suas dimensões, com o coroa-mento essencial das dimensões espiritual e ético-religiosa”.⁶

TERMINA O CULTO DA “PÁTRIA CONTRA O EVANGELHO”: IMPORTA PENSAR BEM E AGIR CONFORME

Em nome da Igreja do Porto, logo a 4 de maio de 1974, o bispo faz uma declaração⁷, atenta à hora de viragem que o Movimento das Forças Armadas assinalou e o povo de certo modo ratificou, no memorável primeiro de maio: “Particularmente nos momentos de euforia dum vitória longamente esperada, há que invocar e mobilizar todas as energias morais do autodomínio e respeito mútuo para não se conspirar ou enlutar um ideal que merece bem ser cultivado e vivido”.⁸ Com sabedoria, previne: “Em democracia, deve reconhecer-se ao outro liberdade política para tudo, menos para uma coisa: destruir a liberdade.”⁹ A mudança a operar é reconhecida como caminho corajoso: “que termine o culto do facto contra o direito, da força contra a legitimidade, da aparência contra a verdade, da mentira colectiva... contra a verdade conhecida por tal, da tranquilidade contra a consciência, da segurança contra a moralidade, da

⁴ Cf. *Homilias da paz*, p. 99.

⁵ D. ANTONIO Ferreira Gomes. *Antologia do seu pensamento*. Vol. 1. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1990, p. 225.

⁶ GOMES – Para uma imagem nova, p. 8.

⁷ Cf. À igreja do Porto, sobre os acontecimentos de 25 de abril [Assinado em conjunto com D. Domingos de Pinho Brandão]. *Igreja portugalense*. 20 (1974) 17-20.

⁸ *Ibidem*, p. 17.

⁹ *Ibidem*, p.18

fobia contra a coragem civil, do económico contra o social, do nacional contra o humano, da Pátria contra o Evangelho!”¹⁰

Ao receber a Comissão organizadora do Conselho de Leigos, a 9 de maio, dá-lhes orientações oportunas.¹¹ No momento em que é permitido a todos falar e agir politicamente, o importante para os católicos “estará, sim, em pensar bem, lúcida e corajosamente pensar bem – que não é sempre o mesmo que bem-pensar e até pode exigir atitudes contrárias aos bem-pensantes! – e depois falar e agir conforme o pensamento.” O Bispo pede que os católicos não sejam indiferentes, porque a “profissão da fé cristã tem consequências e exigências políticas”, recusem partidos com rótulo confessional, cultivem um sã pluralismo e evitem um anti-comunismo estéril e negativo para o qual serão “convidados, aliciados, seduzidos para uma grande ‘cruzada’”. Considera que há “muito que fazer de nosso e de positivo, para nos sobrar tempo de sermos reacionários.¹² Confessa a clara recusa às pressões recebidas para liderar um partido e atribui-as “à imagem do ‘bispo político’ que a malevolência ver-rinosa de outros tempos se empenhou em espalhar”.¹³ Termina com um

¹⁰ *Ibidem*, p. 19-20.

¹¹ GOMES, A. F. – À comissão organizadora do Conselho de Leigos [9-5-1974]. *IP* 20 (1974) 21-31.

¹² Regressaria a esta questão do anticomunismo estéril, no final de um diálogo em Valadares. Uma afirmação, feita no final do diálogo com os participantes, daria azo a grande polémica, em pelo menos três diários de Lisboa e dois do Porto. O Bispo dizia aí: “A campanha que alguns sacerdotes fazem contra o comunismo através de folhas paroquiais tem de ser considerada como desleal, pois elas não podem servir como arma política. Se de facto pretendem defender-se, que formem um partido e se defendam por meios políticos” (AFG – A Igreja e a revolução portuguesa, p. 200). Depois teve de esclarecer a sua posição em assembleia do clero diocesano, mostrar que não contrariava o que tinha sido dito na Carta pastoral do Episcopado. Seria transcrita em *Voz Portucalense* (A palavra escrita não pode faltar ao respeito da «dignidade humana» do adversário. *VP* 23.11.1974, p. 3.9.): “já disse e repito que, em tudo quanto professo contra o “anticomunismo estéril e negativo” e a favor da honestidade e lealdade dos nossos processos, mesmo na luta mais radical ao adversário, qualquer que ele seja, está de acordo com a letra e o espírito da Pastoral”... recomenda uma leitura atenta da Pastoral ao “integrisimo pseudocatólico e ao progressismo pseudocristão” (*Ibidem* p. 203). O esclarecimento é mais cáustico: “limitando-nos a cultivar o medo e as fobias contra o comunismo, expomo-nos a cair por nossa culpa em situações como a da Itália, que é de entre todos os países ocidentais aquele que tem o mais forte e numeroso partido comunista” (*Ibidem*, p. 204).

¹³ GOMES – À Comissão, p. 24.

veemente apelo contra o medo que classifica como “uma grande imprudência apostólica”.¹⁴

No debate ocorrido a 19 de Junho de 1974, no Conselho Presbiteral, foi criticada a presença do bispo do Porto junto de dois generais, sendo um o Presidente da República. Ferreira Gomes explica que lhe foi expressamente pedido e aproveita para doutrinar: “O Reino de Deus deve constituir para nós uma utopia que nos deve actuar [...]” É com base nesta necessidade de os cristãos estarem presentes no mundo que apela a uma atividade sindical, defende que a violência não é inerente a uma Revolução e afirma: “o 25 de Abril pode e deve considerar-se uma autêntica revolução. E o Povo fê-la sua”.¹⁵

A Pastoral do Episcopado Português (16-7-1974) motiva duas entrevistas. Ao P. Eloy Pinho responde sobre os pontos que mereceram mais crítica. Esclarece o que se entende por democracia cristã, não definição de partido, mas democracia com base na dignidade da pessoa humana, endereçada a “uma realização social que atribua, realmente, a cada homem, os conteúdos próprios da realização da liberdade e da (possível) igualdade”. Explica que “exercer o magistério da Igreja não significa que nos consideremos melhores ou mais competentes que os outros. Significa apenas que temos outra missão e essa missão é fazer a contínua interpelação, a contínua aplicação do Evangelho aos acontecimentos da mundo e neste sentido também desempenhar uma função crítica, que não é uma função de oposição, nem de negatividade mas de contínua provocação, de contínuo chamamento ao mais e melhor”.¹⁶ E dizem que António Ferreira Gomes não era claro!?

A 24 de Agosto de 1974 dá entrevista ao *Jornal de Notícias*. Pairava o radicalismo de alguns católicos e de alguns grupos políticos extremados.¹⁷ O Bispo do Porto revela uma atitude serena, uma posição firme e clarividente, encarnada na história, que reconhece fraquezas perante o regime anterior, mas não quebra a “elegância moral” para criticar quem

¹⁴ *Ibidem*, p. 30.

¹⁵ GOMES, A. F. – Mentalidade dos padres da Diocese do Porto [Debate em Conselho Presbiteral, 19-06-1974]. *VP* 20.07.1974, p. 12.11.

¹⁶ GOMES, A. F. – Pastoral do Episcopado Português [Entrevista de Eloy Pinho]. *Voz Portucalense* 03.08.1974, p. 6.7.

¹⁷ GOMES, A. F. – *Bater a penitência no peito dos outros?*. Entrevista a M. Dias. Porto: Telos, 1975. [*Jornal de Notícias* 24.08.1974]. Também publicado em *Antologia*. Vol. 1, p. 193-202.

já não está na vida ativa.¹⁸ Defende o bem geral da liberdade cívico-política em questões como o Ultramar, a reestruturação política e a situação económico-social, mas sem resolver politicamente os problemas. Ferreira Gomes evitou alimentar uma questão religiosa que “seria a curto prazo dividir os católicos, para os pôr a reboque do integrismo político-religioso, e a longo prazo pôr esse catolicismo a ser manobrado pelo inimigo”.¹⁹

Na sua intervenção, na XII Semana de Estudos Missionários em Valadares, em 13 de Setembro de 1974, ao responder a perguntas, afirma a quem o indaga sobre o medo dos bispos antes e depois de abril: “o que devíamos perguntar é se hoje estamos à altura dos acontecimentos [...] amanhã será tão merecedora de críticas como hoje?”²⁰ A atitude vigilante e profética deve ser permanente. Por isso responde: “Significará que a Igreja vá agora no carro do triunfo de uma situação nova? Não. Nós devemos continuar a significar perante o homem de hoje e de amanhã que é livre politicamente, continuar sempre a representar essa interpelação do Evangelho ao mundo que nunca chegará a ser perfeito.”²¹

ATENÇÃO PARA A DIMENSÃO MORAL DA REVOLUÇÃO

O general Spínola demite-se a 30 de Setembro, após o “28 de Setembro”, o que altera a “correlação de forças políticas” e abre caminho para uma revolução popular, na qual o MFA se transforma em agente da estrutura do Estado.²²

D. António, em homilia do dia de Cristo-Rei de 1974²³, enquadra o problema da alienação como contrário ao cristianismo. No contexto da Revolução, situava o cristão na atenção aos sinais dos tempos e afirmava:

¹⁸ Reconhece, perante as sucessivas tentativas do jornalista para que criticasse os colegas bispos, que sobretudo há diversas imagens da Igreja.

¹⁹ *Antologia*, vol. 1, p. 200.

²⁰ GOMES, A. F. – A Igreja e a revolução portuguesa [Diálogo com os participantes na XII Semana de Estudos Missionários]. *Igreja e Missão*. 73 (1975) 193 – 200. Citação da p. 195-196.

²¹ *Ibidem*, p. 198.

²² Cf. RAMOS – *História*, p. 718.

²³ GOMES, A. F. – A alienação a considerar é mais profunda que a alienação no económico [Homilia Cristo Rei]. *IP* 23 (1974) 23-26. Também publicado em *Antologia*, vol. 2, 87-90.

“se atraíçoar este mundo, atraíçoar igualmente Deus, se atraíçoar o reino de Deus seguramente como cristão, atraíçoará também este mundo, esta sociedade a que pertence.”²⁴

Consciente desta implicação, afirmava, no dia 1 de Janeiro de 1975: “*Hic et nunc* neste nosso Portugal depois do 25 de Abril, devemos falar de reconciliação entre os portugueses, da paz em Portugal, paz pela reconciliação dos portugueses. E não é que [...] nos agrada pensar gratuitamente ou por mero sadomasoquismo, em tensões de guerra civil entre os portugueses...”²⁵.

Alerta para a necessidade da revolução ser acompanhada da dimensão moral, de mudança nos comportamentos e costumes, sob pena de ficar reduzida a golpe de Estado ou “simples golpe de mão”. E avança: “é por esta revolução moral que temos de bater-nos, os que amamos a nossa Pátria e o nosso Povo, cada um na sua própria sede ou instância e pelos meios que lhe são próprios: a Igreja na sede e na instância do Evangelho e pelos meios do espírito e da consciência humana”²⁶.

A base desta consciência está na liberdade, único sujeito de direitos pois “ser homem é ser livre, ser livre ao nível da autoconsciência é ser homem”²⁷. Ora, para D. António a liberdade assenta em quatro virtudes: sinceridade, veracidade, objetividade e abertura ao diálogo. A estas virtudes indispensáveis, o Bispo do Porto opõe alguns vícios: o ressentimento, a recriminação e a retaliação.²⁸ Observa ressentimentos traduzidos em recriminações que preparam retaliações e indica a via da inteligência: “a necessidade de análise e interpretação crítica do presente, à luz da história”.²⁹

A razão profunda desta atitude ressentida e desta vontade de retaliação encontra-a Ferreira Gomes na “cátedra da pestilência”, nos “discípulos” de Salazar que por reação seguem os mesmos critérios. O Prelado

²⁴ *Antologia*, vol. 2, p. 88.

²⁵ GOMES – *Homilias da paz*, p. 83.

²⁶ *Homilias da paz*, p. 85.

²⁷ *Ibidem*, p. 85. Repetirá esta ideia na intervenção na XIII Semana de Estudos Misionários, em Valadares. (cf. *Antologia*, vol. 2, p. 78-79).

²⁸ Sobre o ressentimento cita o estudo do médico e cientista, historiador e filósofo Gregório Marañón (1887-1960), autor de “*Tiberio: historia de un resentimiento* (1939). Esta paixão do ânimo pode conduzir ao pecado. Aplica à atualidade o conceito descrito para o Imperador do tempo de Jesus: “tudo se inverteu mas pouco se converteu” (*Homilias da paz*, p. 89).

²⁹ *Homilias da paz*, p. 90.

interroga: “logrado empiricamente o golpe de força da libertação, estamos a curar-nos positiva e validamente da ética do nacionalismo e da patologia do autoritarismo”?³⁰

Sente a necessidade de uma mudança qualitativa, que cure uma certa esquizofrenia coletiva. Pois insiste que “a revolução política está feita; precisamos da revolução moral...”³¹ Não bastam as condições da liberdade política concedida, será de reconquistar a cada momento a “libertação pessoal e o reconhecimento recíproco desse direito e desse facto nas relações inter-humanas”.³² Lança um apelo “necessário e imperativamente urgente” para a revolução moral, um rearmamento moral e espiritual, um “grande e solene apelo à Reconciliação entre todos os portugueses”³³.

A FUNÇÃO JUDICIAL AO SERVIÇO DO DIREITO, NÃO DA REVOLUÇÃO

Significativa é a chamada de atenção do Bispo do Porto para a formalidade dos processos, seja nos tribunais, seja na propaganda política, seja na informação pública e nas atividades eleitorais.³⁴ E concretiza: “Direito do povo, tribunais populares? Como?! Não estaremos fartos do “tudo pela nação, nada contra a Nação”!? Não foram os governos totalitários, de qualquer dos lados da barricada, que criaram os “tribunais do povo”, para aplicar a “justiça popular”?”³⁵ Em Valadares, no Verão de 1975, sublinha que se se despreza o processo democrático vão-se “infalivelmente os conteúdos”.³⁶ Discorre o Bispo sobre a independência do poder e função judicial como pilar e expressão da democracia. Declara: “os tribunais e os juizes não têm que estar ao serviço do estado, da nação, da raça e do sangue, como ontem: nem ao serviço do povo, das classes trabalhadoras ou dos movimentos progressistas, como hoje se pretende. Os tribunais

³⁰ *Ibidem*, p. 90.

³¹ *Ibidem*, p. 92.

³² *Ibidem*, p. 92.

³³ *Ibidem*, p. 101.

³⁴ Cita Georges Burdeau (1905-1988), politólogo e professor de direito público para alargar o conceito de democracia como filosofia e mística, dinamismo e vivência.

³⁵ *Homilias da paz*, p. 94.

³⁶ *Antologia*, vol. 2, p. 83. Retirado de: O nosso povo é capaz de construir o socialismo na paciência, no tempo, na inteligência [Diálogo com os participantes na XIII Semana de Estudos Missionários, 7/12-9-1975]. VP 13.09.1975, p. 9. 11.

e os juízes têm de estar ao serviço do ideal e do Direito"...³⁷ Dom António deixa bem claro que a validade de uma revolução consiste na nova ordem e na legalidade que prossegue o ideal de Justiça. Não se podem invocar as barbaridades do regime deposto para justificar o regime que se lhe opõe.³⁸ Só o respeito pelos procedimentos da justiça evita o que, seguindo Paul Ricoeur, denomina "prurido de depuração". Com ironia, define-a: "essa comichão que ataca especialmente aqueles que se sentem no caminho ascensional do poder, isto é, a juventude, pela própria razão da idade, e as massas trabalhadoras, pelo invocado sentido da história"³⁹.

Enfrenta, neste enquadramento, a questão dos saneamentos.⁴⁰ Compreende que no programa do Movimento venha inscrito o saneamento da atual política interna e das suas instituições, mas discorda do saneamento de pessoas, de professores, de funcionários, sem processo:

*Que o povo assumisse a revolução como sua, que a juventude pusesse nele a sua esperança, entre flores, em Festas, convívios e assembleias, muito bem! Mas que essas assembleias passem a ser tribunais, sem forma nem formalidades, sem audição das pessoas e com a sua eventual difamação pública, com tantas e tantas mostras de 'Revolução cultural' alienígena, isso pode ser que esteja bem algures, em Portugal porém, com oito séculos de história e mais de outros tantos de civilização cristã...*⁴¹

Advoga o direito a não se ser condenado por delito de opinião, em assembleias de escolas, empresas, grupos informais. E com veia inspirada conclui: "A verdadeira culpa é que os outros não pensem como nós. Ontem era preciso balar com as ovelhas, hoje é preciso uivar com os lobos, E o pior é que os mais raivosos e venenosos lobos de hoje são as ovelhas sabujas da carneirada de ontem!..."⁴².

Apenas o amor da verdade construirá a paz: "Fomentar ódios e rancores, impor aos adversários a humilhação e a injustiça é destruir o

³⁷ *Homílias da paz*, p. 95-96.

³⁸ *Ibidem*, p. 97.

³⁹ *Ibidem*, p. 98.

⁴⁰ Em dezembro de 1974, a Comissão Coordenadora do MFA estabeleceu que os saneamentos deviam abranger, não apenas as "comprometidos com o regime fascista", mas "todos os indivíduos que, por não acompanharem o processo revolucionário, o obstruam". Vinte mil pessoas viram-se afastadas dos empregos (RAMOS – *História*, p. 732).

⁴¹ *Homílias da paz*, p. 98.

⁴² *Ibidem*, p. 100.

*futuro de Portugal, com o próprio futuro da Revolução*⁴³. Sugere, por isso, que paralelamente a um Movimento de Reconciliação houvesse uma Liga de Reconciliação formada por gente de credibilidade incontestada.⁴⁴

Em comunicação ao Conselho presbiteral, de 20 de fevereiro de 1975, faz referências ao pós 25 de abril:

*quando ao fim de vários meses, ao lado de algumas realizações positivas, se verifica o arrefecer de muitas esperanças, à maneira dum murchar dos cravos da revolução e do apagamento do civismo festivo dum maio florido, quando se torna evidente a degradação da dissolução social, de tensões partidárias intolerantes e da queda do poder na rua, com um escandaloso culto gratuito e pecaminoso da violência e com um doentio sadismo da violação da pessoa humana, em tais circunstâncias não deixou esta nossa igreja de denunciar o que há de anti-humano nessas manifestações e de fazer um veemente apelo à Paz em Portugal pela Reconciliação entre os portugueses.*⁴⁵

O 25 DE ABRIL DE 1975: A CONQUISTA DA LIBERDADE PELO VOTO SERENO

Já após o “11 de março”, que reforça o assalto revolucionário sobretudo do PCP, na homilia do dia de Páscoa de 1975, quando se completa “um ano de revolução e de liberdade, de humanidade, de justiça”⁴⁶ sintetiza a doutrinação que o ocupou toda a semana santa: exame de consciência “se nós portugueses, como pessoas e como Povo, seremos capazes da liberdade, capazes de merecer a liberdade outorgada...”⁴⁷. Repete “um grande e veemente apelo à paz pela generosidade e misericórdia, à paz pelo perdão e regeneração, à paz pela renovação e reconciliação: paz em Portugal pela Reconciliação entre os portugueses!”⁴⁸. Deseja que a

⁴³ *Ibidem*, p. 104.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 105. Teria como finalidade “evitar a escalada das tensões de ressentimento, recriminação e retaliação e, positivamente, romper a cadeia da negatividade, o círculo infernal da violência, antes que chegue à rutura de catástrofe”

⁴⁵ Para uma imagem nova, p. 14.

⁴⁶ GOMES. A. F. – *Para uma civilização de amor e liberdade: homilias pascais (1974-1982)*. Porto: Fundação Spes, 2011, p. 49.

⁴⁷ *Para uma civilização*, p. 33.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 35.

Páscoa de 1975 seja “uma metanoia de libertação”.⁴⁹ Alude ao apelo feito em Janeiro quando alertou para “fermentos e factores virtuais” de guerra civil. E esclarece o sentido do apelo feito em janeiro e agora reformulado: “Não nos move qualquer ideia que vá contra a pluralidade de partidos nem contra as legítimas e leais lutas partidárias; muito menos qualquer opção partidária ou ideológica”.⁵⁰

Implora um grande gesto de perdão a favor dos detidos da PIDE:

*que aqueles que há longos meses se encontram detidos sem culpa formada voltem aos seus lares, a um trabalho honesto e livre e à sustentação das suas famílias, com obrigação de responderem pelas suas culpas, se e quando a Justiça os puder acusar. Que o terem pertencido a uma corporação justamente odiosa, não infame para sempre nem prive dos meios de vida, de viverem e sustentarem as suas famílias, tantos que nela entraram por necessidade de vida, sem adesão ideológica e porventura sem crimes cometidos.*⁵¹

Ironiza, ao reconhecer que o entusiasmo de Marx pela luta de classes estava bem longe do de certos “cristãos pelo socialismo”, dos que pregam ‘a raiva’ e o ‘paroxismo’ do escândalo *pusilorum* como meio de renovação do mundo”.⁵² Tinha sido implacável em entrevista de final de Março: “os nossos “cristãos pelo socialismo” laboram em grandes perigos de se tornarem os que ainda o não são, ridiculamente colonizados e satelíticos, tragicamente vazios e dispersos, mortalmente anti-eclesiais e anti-cristãos”.⁵³ É muito dura e alargada a crítica ao extremismo de alguns “cristãos pelo socialismo”, que distorcem a radicalidade do Evangelho. Denomina as suas atitudes de “clericalismo arrivista, desviacionista e vazio a oferecer-se como expoente do Cristianismo”.⁵⁴

⁴⁹ *Ibidem*, p. 49.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 37.

⁵¹ *Ibidem*, p. 49.

⁵² *Ibidem*, p. 41. Alarga-se numa reflexão sobre o que separa os cristãos de Marx, para situar a questão fora da ordem dos fins que pedem entre os humanos “mais justiça, mais igualdade, mais dignidade, mais fraternidade”. Mostra como Ozanam e Marx fazem apelos idênticos no mesmo fevereiro de 1848. Cita Roger Garaudy e Ernst Bloch para concordar que “na ordem dos fins não é Marx que nos separa do mundo de hoje”. Outra coisa seria na ordem dos meios. Na homilia de Cristo Rei de 1975 voltará a referir as detenções sem culpa formada, prisões indefinidas, vexames e torturas morais e físicas por meros “delitos de opinião”. (*Voz Portucalense*, 20-11-1975, p. 8)

⁵³ «Cristãos pelo Socialismo» em Portugal [Entrevista]. *Voz Portucalense* 29-03-1975, p. 5. Total: p.12. 5. 8. 9. 11.

⁵⁴ *Ibidem*.

Vislumbra motivos de esperança: antes de mais na qualidade do povo português, povo genuíno consciente e contente de si, apesar do problema de Portugal, ser “um problema de classes dirigentes”.⁵⁵ Elenca como valores: o espírito de associação e cooperação, novas formas de estruturação da sociedade, base de vizinhança e comunitarismo, o interesse pela família e pela criança, a passagem de uma sociedade rigidamente repressiva a permissiva sem desordens e crimes maiores.⁵⁶

Recorre à ironia para denunciar episódio concreto: “nem todos procurem levar as empresas à falência, para chegarem à nacionalização e atingirem a “dignidade” de funcionários segundo a velha aspiração que já vem em Gil Vicente: todos d’el-rei, todos d’el-rei!...”⁵⁷

Lança um apelo aos trabalhadores da comunicação social, que, “quase toda na mão do Estado”⁵⁸, desempenha na atualidade um “império absoluto sobre a nossa sociedade portuguesa”. Pede que tomem consciência do seu serviço à liberdade, com responsabilidade. Capazes de se estruturarem para assumir a plena liberdade, com equilíbrio interno, para garantir a liberdade futura.⁵⁹

DIALÉTICA FEBRIL DE IDEOLOGIAS OU UTOPIA VÁLIDA: DESMITOLOGIZAR A REVOLUÇÃO

Entre maio e setembro de 1975, na luta acesa entre regime militar com influência do PCP e democracia pluralista liderada pelo PS, com auxílio da Igreja,⁶⁰ a voz corajosa de D. António prossegue. A 17 de maio de 1975, na Assembleia Geral do Conselho de leigos da Diocese, faz longa comunicação, que reflete sobre as primeiras eleições.⁶¹ Afirma com clareza:

“De ora avante não será legítimo falar do 25 de Abril de 1974 sem falar do 25 de Abril de 75. À outorga da liberdade pelas armas, embora floridas, responde a con-

⁵⁵ *Para uma civilização*, p. 44.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 43-46

⁵⁷ *Ibidem*, p. 44.

⁵⁸ RAMOS – *História*, p. 731.

⁵⁹ *Para uma civilização*, p. 47.

⁶⁰ Cf. RAMOS – *História*, p.736.

⁶¹ GOMES, A. F. – A Igreja na sociedade portuguesa actual. *IP*. 29 (1975) 5-27.

quista da liberdade pelo voto sereno e pacífico. O povo português mostrou-se capaz de assumir a sua revolução, a revolução portuguesa".⁶²

O bispo do Porto, seguindo Lukacs, tece fortes críticas à consciência de classe imputada aos trabalhadores, abstrata e formalmente considerada. Define o que se entende por socialismo não leninista e compara com o cristianismo das origens. A originalidade cristã está em tratar pastoralmente a "revolução", o que implica desmitificar a "revolução" e desmitologizar "o clima e culto da luta social pela luta, em que vivemos".⁶³ Com frontalidade luminosa declara: "não podemos admitir que a moral cristã mude com o lado da barricada, que o mal que denunciemos nos outros passe a ser bem, quando praticado pelos nossos"⁶⁴

Na homilia do dia de Pentecostes⁶⁵, previne contra as absolutizações do Estado ou da Classe, da política ou da revolução e exorta à abertura aos outros como decorrente de quem se abre ao Absoluto. Lembra aqueles que sofrem com fome e sede de justiça, mesmo tendo pertencido a "instituições odiosas".⁶⁶

Em homilia, proferida a 29 de Junho de 1975, assim se refere à situação portuguesa:

nunca o espírito português se viu tão desafiado a um esforço imperioso de clarificação e bom senso, nunca uma opção nacional foi tão imputada e reputada por uma dialéctica febril de ideologias. E, sob o impacto da luta ideológica, já alguns dos melhores, hesitantes entre o agonismo do combate e o cepticismo quanto ao êxito, se refugiam em vãos utopismos renascidos. Por toda a parte a concretização, mais ou menos fiel, das ideologias em sistemas de governo tem posto a nu as fraquezas de cada uma dessas ideologias e levado os espíritos a uma certa reserva e à tendência preponderante para a dúvida e o cepticismo. Dúvida e contestação das ideologias e sistemas de governo denunciam, 'mais ou menos por toda a parte, um mal-estar profundo, ao mesmo tempo que se assiste ao renascer daquilo que se convencionou chamar as utopias' (Octogesima adveniens 37)".⁶⁷

⁶² *Ibidem.* p. 8.

⁶³ *Ibidem* p. 19.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 27.

⁶⁵ GOMES, A. F. – Absolutizar a Política, o Estado, a Classe, a Revolução é precisamente condená-las à perdição, condená-las à Morte. Homilia de Pentecostes 1975. *IP.* 27 (1976) 50-58. O tema da desmistificação da Revolução é abordado em diversas intervenções.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 57.

⁶⁷ *Antologia*, vol. 3, p. 186.

Verifica que Portugal não tem “sólido espírito de utopia”.⁶⁸ Retira a conclusão para o momento que Portugal vive: “A revolução é uma coisa séria e trabalhosa, mas não deve tornar-se sacral ou escatológica. Para salvar a revolução é preciso humanizá-la, a cada momento da sua marcha; civilizá-la, a cada um dos seus passos. [...] Não é com “saneamentos” irracionais e ritualizados que se faz a catarse nacional e a purificação da sociedade portuguesa. É preciso desmitificar a nossa revolução: é preciso desmitologizar o nosso processo revolucionário!...”⁶⁹

A ALFABETIZAÇÃO DO PREC É IMORALIDADE POLÍTICA

Na intervenção realizada em Valadares, na XIII Semana de Estudos Missionários no Verão de 1975, D. António enfrenta a influência que o marxismo queria exercer na cultura política e na sociedade portuguesa, a nível do fundo antropológico. A concretização no momento histórico é certa e reveladora da “passagem” operada pelo 25 de abril: “quem por várias vezes denunciou e enfrentou a “cátedra da pestilência” que para aí esteve levantada, com o nome de corporativismo “católico”, terá certo direito de mostrar a sua preocupação por que a uma cátedra suceda outra cátedra e que de novo a “administração do pensamento” ou o ensino “administrativo”, *manu militari*, se transforme em não menos exemplar ‘ensinadela’”.⁷⁰ Faz referência aos militares como educadores do povo e ironiza: “quando o militar convida o civil para fazerem juntinhos uma caminhada política, aprendendo de entrada o que “se há-de entender por socialismo”, não será muito estranho que nem todos tenham esquecido o apólogo das duas panelas ao sabor da corrente e a resposta da panela de barro ao convite da de ferro.”⁷¹ Questiona:

“mas o que é importante, aqui e agora, é reconbeber que o mais de quanto para aí se proclama e se grita – sobretudo se grita – não são mais que fenómenos (ou hipocrisias) de “consciência” vinda de cima e de fora à classe operária, de “consciência atribuída [...] “Vanguardas revolucionárias” (alfacinbas, claro, mais uma vez e sempre) a falarem em nome do Povo Português são essa “consciência imputada” ao nosso Povo, a saber à província, ao “campo”, contra a sua vontade manifesta e

⁶⁸ *Ibidem*, p. 187.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 199-200.

⁷⁰ *Antologia*, vol. 2, p. 70.

⁷¹ *Ibidem*, p. 73.

*manifestada: são a maior imoralidade política e a maior ofensa que se pode fazer a um Povo!*⁷²

É realista a descrição do processo em curso, que D. António apelida de antissocial, no verão quente de 1975:

*quando tudo se faz para quebrar todo e qualquer laço da lealdade inter-humana, quando as solidariedades de base mais naturais se consideram contra-revolucionárias; quando se instala a delação popular policíesca; quando contra os inimigos, verdadeiros ou fabricados, todas as injustiças e humilhações são legitimadas por uma espécie de barbaresco Vae victis!; quando se cultivam alergias, medos, fobias, irracionalismos, espontaneismos e emotividades descontroladas (em ordem por ex. a essa ignomínia do saneamento), em vez de inteligência e amizade cívica; quando em suma e finalmente se procura introduzir o espírito de guerra civil e social em toda a parte, na escola, na empresa, no hospital, no asilo, na aldeia, no bairro, na cultura, na arte, na acção sindical e na vida partidária etc, estar-se-á a conduzir o processo revolucionário a caminho do socialismo? Será destruindo as bases de toda a socialidade que se constituirá o socialismo livre e humano?*⁷³

Lança a advertência: “Pena, muita pena seria que Portugal viesse a aparecer ao mundo, ainda mais do que até agora, como um “povo de adoradores do sol nascente”, os incas da Europa, à espera prostrada do grande Inca, que vai chegar em nova manhã de nevoeiro?...”⁷⁴

Na homilia do Cristo Rei, em 23 de Novembro de 1975, mostra um vigor notável contra os erros de alguma militância católica, que “usa o santo nome de Jesus Cristo em vão”⁷⁵ Desmonta o que as “vanguardas revolucionárias” chamam de opção de classe e nega que haja um partido da Igreja e uma ideologia da Igreja. Defende uma radicalidade evangélica mas “idêntica ao próprio paradoxo evangélico”, que se insere “e depende da opção absoluta pelo Absoluto e Transcendente” e que é “a favor do Homem em todos os homens”. Ironiza mais uma vez: “se havemos de pedir e esperar da embriaguez revolucionária a revolução da verdade do nosso futuro colectivo, melhor seria ir perguntá-lo à bruxa”. Não deixa de aplicar as suas reflexões ao caso do *República* e da Rádio Renascença,

⁷² *Ibidem*, p. 75.

⁷³ *Ibidem*, p. 83-84.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 85.

⁷⁵ GOMES, A. F. – Poderá haver maior ofensa, violação e opressão do que privar os outros do direito de pensar e de agir como pessoas livres e conscientes? [Homilia Cristo-Rei, novembro 1975]. VP 29.11.1975, p.1. 12. 8. 11.

onde observa uma “mística do operário, uma autêntica mistificação e verdadeira mitologia da classe operária”. Relativamente à colonização, da qual não fala muito, é contundente na homilia de Novembro de 1975: “pode um cristão comprazer-se numa descolonização que conduz a estados policiais de tipo faraónico ou da proto-história da civilização e considerar isso uma honra especial para um povo que abriu novos mundos ao mundo civilizado?! ...”⁷⁶

CONSOLIDAR A DEMOCRACIA NO ESPÍRITO DA REVOLUÇÃO EVANGÉLICA

Entretanto, tinha ocorrido o “25 de novembro” que abriu caminho para aos poucos chegar ao fim o PREC da “esquerda militar” e conseguir-se o Pacto MFA-Partidos (26 de fevereiro de 1976).

Assim, já a terminar o ano de 1975, na homilia do Natal, D. António aborda a questão das relações entre Democracia e socialismo. Augura que a “grande e milenária ‘revolução cristã’ se torne útil e profícua à nossa actual revolução”.⁷⁷

Aponta o caso das propriedades no Alentejo, com visão larga da história: “todos nós, na Europa, vimos de uma reconquista – talvez a última de várias – e desta comunidade da terra e dos bens, à mercê do chefe da mesnada guerreira, se passou à distribuição, à presúria e apropriação. Parece que nada haverá de tão parecido com o que se tem passado no Alentejo nestes últimos tempos como aquilo que se passou no tempo dos Afonsinhos, desde o primeiro ao terceiro.”⁷⁸

Importava desde 1976, com a Constituição aprovada a 2 de abril, consolidar a democracia, como ambiente natural da vida pública. Ainda em Janeiro de 1977 considera ilegítimo e inviável “julgar o regime nos homens da PIDE, mas só neles? E o Exército Português? E a Universidade portuguesa? E a Imprensa portuguesa, na sua generalidade? E a Igreja portuguesa, naquilo que teve de “nacionalista” ou “maurrasiana”... “. Recua mesmo mais: “E os partidos “democráticos”, que, antes do 28 de maio, tornaram inviável a primeira República? E o povo português, que só muito tarde acordou para o valor daquilo que tinha deixado per-

⁷⁶ *Ibidem.*

⁷⁷ *Antologia*, vol. 1, p. 229.

⁷⁸ *Antologia*, vol.1, p. 227.

der?!...”. E conclui sabiamente, com afirmação que se tornaria célebre: “nos homens julgam-se os homens, e nada mais... Julgar um regime, é outra coisa. E é sobretudo tarefa da História.”⁷⁹

Impelido pela consciência pastoral António Ferreira Gomes fala e escreve, sabendo não agradar a todos. O próprio analisa: “Em relação aos cristãos da esquerda, o bispo do Porto, que foi por muito tempo ‘uma esperança’, tornou-se, com o 25 de Abril, ‘uma decepção’. [...] Bastantes pessoas razoáveis admitem que não mudei, com a mudança das situações políticas. Eu também o penso...”⁸⁰

Quem como D. António Ferreira Gomes, cumprindo um dever pastoral, lutou pela Revolução antes de acontecer e foi observador atento para a manter fiel à dignidade humana, mostra, com aguda profundidade cultural e respeitada autoridade moral, a coerência com a revolução do evangelho, inspiração fundamental para manter a sociedade na dimensão transcendente, profética, aberta ao futuro.

⁷⁹ GOMES, A. F. – Carta à Presidência Executiva da Comissão diocesana Justiça e Paz. 20-1-1977. In *Antologia*, vol. 1, p. 279. Escreve interpelado por texto da *Action des Chrétiens pour l'abolition de la Torture*, dirigido ao Papa Paulo VI.

⁸⁰ GOMES – A Igreja na sociedade portuguesa, p. 23.